

O desafio da privacidade: estudos desde Ball e Webster (2003) que apontam para o pensamento em governança digital

Aguinaldo Ferreira dos Santos, Edelvino Razzolini Filho

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: governança, informação, privacidade, vigilância, monitoramento.

Introdução

A privacidade em ambientes digitais é um fator relevante quando se pensa em melhoria de serviços ao cidadão, quando feito e utilizado de forma correta. Pois, as possibilidades abertas pelas tecnologias de informação e comunicação, particularmente as tecnologias de que habilitam a interação em ambientes virtuais, tais como a Internet, podem ser utilizadas para tornar efetivo o conceito de governo participativo, sem descuidar da privacidade do cidadão, pois se sabe que existe uma linha muito tênue entre “vigilância” e “privacidade” (BALL; WEBSTER, 2003).

Pensando nisso, desde 2016, o Governo Federal Brasileiro vem passando por um processo de transformação digital, caracterizado principalmente pela estratégia adotada em simplificar e ampliar a oferta dos serviços públicos, com qualidade a priori melhorada. Desse modo, a EGD (Estratégia de Governança Digital), instituída em 2016 tem como foco orientar as iniciativas entre os órgãos do Poder Executivo Federal (GOVERNO DIGITAL, 2016).

Diante desse cenário, o problema de pesquisa pode ser escrito da seguinte forma: Como a questão da privacidade é tratada em conjunto com a governança digital nos estudos e pesquisas que foram feitos no período de 2003 e 2021 que apontam e justificam a necessidade da Governança Digital?

Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados para o presente artigo, é importante destacar o tipo de pesquisa, assim como a abordagem e os objetivos esperados. Sendo assim, no presente artigo a abordagem de pesquisa trabalhada é de natureza exploratória, de corte transversal, baseada em levantamento bibliográfico, tendo em vista que para responder o problema de pesquisa. No que tange os aspectos metodológicos dessa pesquisa, se tem como período de realização da visita as bases de dados e coleta dos materiais a serem estudados e analisados as datas entre 01 e 20 de dezembro de 2021.

Observe no Quadro 1 a seguir as etapas seguidas durante a realização dessa pesquisa.

Quadro 1 – Etapas a serem seguidas da Revisão

Objetivos	Determinar quais estudos e pesquisas realizadas entre 2003 e 2021 podem demonstrar como a privacidade é tratada nesses estudos e sua ligação com o governo digital.
Equações de pesquisa	Português: Governança Digital AND Poder público Espanhol: Gobernanza Digital AND Gobierno
Âmbito da Pesquisa	Periódicos da Capes ScienceDirect
Critérios de inclusão	Só serão aceitos artigos publicados em revistas científicas A pesquisa nas bases foi realizada entre os dias 01 e 20 de dezembro de 2021, incluindo então os materiais do ano de 2021 parcialmente
Critérios de exclusão	Artigos sem sumário, artigos publicados em outras fontes e que não sejam nos idiomas definidos: português e espanhol. A pesquisa nas bases foi realizada entre os dias 01 e 20 de dezembro de 2021, excluindo então os materiais do ano de 2021 após essa data
Critérios de validade	Compreendido entre os anos de 2003 e 2021
Tratamento de dados	Analizar e descrever os pontos encontrados nos textos selecionados, com leitura prévia de todos os resumos e resultados
Resultados	Tem-se como resultados dessa pesquisa os pontos comuns e divergentes em relação as bases de dados e as temáticas estudadas e buscadas

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Desenvolvimento

RESUMO DO CAPÍTULO BASE

Nesse momento do artigo, discute-se especialmente sobre um livro específico: “The intensification of surveillance: Crime, terrorism and warfare in the Information age” que em tradução livre seria: “A intensificação da vigilância: crime, terrorismo e guerra na era da informação”.

Para situar em relação a temporalidade da obra, ela é fruto do compilado de uma conferência que ocorreu na Universidade de Birmingham em março de 2002. Observe-se que o tema da conferência e do livro que resultou dela são bem similares e seus propósitos também (BALL; WEBSTER, 2003).

Os autores Ball e Webster (2003) trazem o tema “Using personal data: the privacy issue” que em tradução livre se entende como “Uso dos dados pessoais: o assunto privacidade”. Onde apontam que é preciso garantir a segurança informacional do cidadão, para isso é preciso estar claro o que cada ente desse jogo ganha nessa relação

de privacidade de dados (governo e cidadão). Os governos estão cada vez mais investindo na segurança dos dados, mas também investem na estrutura para gerar o controle do cidadão através do monitoramento dos seus dados.

Ainda destacado pelos autores se tem o tema “Three conceptions of privacy protection” que traduziu-se como “Três concepções da proteção da privacidade”, onde Ball e Webster (2003) determinam a privacidade como uma barreira para o governo participativo, visto que fica restrito o uso dos dados pessoais para facilitar a vida do cidadão, e essa barreira se forma porque existe interferência na confiança que as pessoas precisam ter na tecnologia utilizada (e diria no próprio governo em si), mas na visão dos autores a privacidade não pode ser encarada como um fim desejado, mas sim como um objetivo principal nessa relação.

Ao finalizar o capítulo 4 da obra de Ball e Webster (2003) ficam algumas conclusões sobre a discussão em si, versam para as formas de tratar de privacidade que é sempre um assunto delicado, porém, os autores aceitam como sendo um grande avanço em relação a coleta de informações de pessoas se deve ao atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. Mas, tal como esse artigo em si, é preciso sempre discutir o binômio “segurança X privacidade”, não em forma de coisas diferentes, mas sim complementares e é preciso investimento em tecnologia dura (física) mas também em tecnologia de segurança e cuidados com os dados.

A GOVERNANÇA DIGITAL NO BRASIL

Para entender o que é a governança digital e mesmo suas funções e expectativas, é necessário inicialmente saber a definição de cada conceito: Governança é o composto dos processos de governar - seja isso feito pelo governo instituído de um estado, mas também concebido em um sistema social, seja família, tribo, organização formal ou informal (GOVERNO DIGITAL, 2016). Digital ou tecnologia condiz com um conjunto de dispositivos de transmissão, processamento ou armazenamento de sinais digitais, conhecido como “dados” (GOVERNO DIGITAL, 2016).

Sendo assim a governança digital é a utilização, nesse contexto pelo poder público, de tecnologias com o objetivo de melhorar a prestação de serviços, proporcionando nesse sentido a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, possibilitando essa mudança e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz (SANTOS, 2019).

Análise dos resultados

DESCRÍÇÃO DOS DOCUMENTOS ENCONTRADOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para iniciar a análise dos resultados encontrados com a revisão proposta nesse artigo, após passado a fundamentação teórica e entendendo a proposição feita como questão de pesquisa. É observado que na totalidade (2 bases) foram retirados dos sistemas com as palavras-chaves escolhidas um total de 22 artigos, após o refinamento (leitura dos resumos e palavras-chaves, considerando válidos aqueles materiais que tivessem aderência aos temas estudados) restaram 15 documentos úteis, sendo que desses, 5 possuíam aderência a temática de PODER PÚBLICO e 10 possuíam aderência com a temática de GOVERNANÇA DIGITAL.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS COM BASE NAS CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS

Partindo para a análise dos conteúdos de cada material extraído com a utilização do software específico ATLAS.TI®, com a análise inicial foi possível evidenciar pontos em relação as temáticas estudadas.

Quando se aborda os desafios da privacidade a lei é responsável por suportar os demais procedimentos que buscam romper as barreiras encontradas nesse percurso. A análise deixa claro a relevância da informação em diferentes procedimentos adotados nos artigos que foram analisados, com isso, as demais codificações citadas são elementos que ao longo do processo vão interagindo de acordo com a problemática encontrada em cada artigo.

Foi possível identificar o fluxo de informação gerado pelas codificações. Desse modo, o fluxo se relaciona em relação as informações existentes nos onze artigos encontrados no periódico da Capes. Com isso, o código informação está associado com as estratégias, fazendo parte do conhecimento. O mesmo procedimento ocorre com o código TICs, auxilia a promover a acessibilidade das informações.

Em relação aos códigos acessibilidade e comunicação, estão mutualmente relacionados como também se relacionam com a codificação sociedade. Este por sua vez está associado com o conhecimento.

Contudo cabe salientar ao utilizar os mesmos codificadores foi observado a ausência do codificador “Acessibilidade”, fator importante, pois em relação aos artigos encontrados na plataforma da Capes, aqui é possível perceber esse código com menor relevância.

No entanto, entende-se que a informação tem como consequência a produção de conhecimento, as TICs e as estratégias auxiliam a produção e disseminação do conhecimento obtido com o estudo da temática em questão, a sociedade e o conhecimento se relacionam mutualmente, por meio de diferentes processos, sejam eles em um ambiente interno ou externo, e por fim fica que cada código que representa os principais elementos presentes em cada documento são responsáveis por gerar um

conhecimento sobre o tema pesquisado, fator importante para gerar uma ruptura das barreiras encontradas para questões que abarcam a governança digital.

Considerações finais

Após a coleta de dados obtida nas bases de dados Periódico da Capes e Science Direct, foi possível perceber uma carência de estudos que abarcam a questão da governança digital. No entanto, as análises trouxeram pontos muito importantes que auxiliaram a responder à pergunta de pesquisa.

Observando o estudo base responsável por embasar esse trabalho, o qual é baseado em questões envolvendo a privacidade e a vigilância, escrito por Ball e Webster (2003) e as informações presentes em cada documento, deixou evidente a relevância das informações geradas no ambiente virtual, como também a necessidade de a sociedade interagir no processo em novas tecnologias vão surgindo.

Com as codificações esse trabalho trouxe algumas questões muito importantes, como as relações entre informação, conhecimento e sociedade, como também o aparecimento de barreiras presentes no ambiente virtual. No entanto, algumas terminologias que por serem poucos citadas acabam quase não aparecendo, mas assumem um papel muito relevante ao analisar o contexto em que ela aparece, como é o caso da palavra “Lei”, especialmente quando se pensa na privacidade.

Por fim, se destaca a necessidade de regulamentações que possam direcionar como as informações privadas são coletadas, processadas e armazenadas, de modo que não possa gerar danos para os usuários que utilizam a internet.

Referências

Ball, C., & Webster, F. (2003). *The intensification of surveillance: Crime, terrorism and warfare in the information age*. Pluto Press.

Correa, M. D. (2019). *Privacidade na segunda era digital: Desafio tecnológico e político* (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/224697>

Governo Digital. (n.d.). *Documento da estratégia de governança digital brasileira (EGD)*. <https://www.governodigital.gov.br/EGD/documentos/revisao-da-estrategia-de-governanca-digital-2016-2019.pdf>

Santos, A. F. (2019). Governança digital. In *Gestão da inovação e ferramentas digitais*. Sagah.